

ATA Nº 67/2018 DA REUNIÃO DE CÂMARA TÉCNICA DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de 2018, no gabinete do Secretário de Estado de Segurança Pública, na Cidade Administrativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte/MG, realiza-se reunião de Câmara Técnica da Mesa de Diálogo com o objetivo de propor alternativas para a solução das questões acerca da Segurança Pública existentes na Ocupação Izidora, no município de Belo Horizonte/MG.

Fernando Tadeu David, Coordenador Diálogo inicia a reunião com um breve relato acerca da pauta da reunião, faz uma rodada de apresentações, com presentes conforme Lista de Presenças anexa, e passa a palavra aos representantes da Ocupação Izidora. Charlene, moradora e liderança da Ocupação Rosa Leão, relata que há algum tempo houve uma conversa com o comando da Polícia Militar sobre o mesmo tema, que “as coisas melhoraram”, mas que a necessidade de intervenção do Estado em relação ao tratamento dado aos moradores da ocupação pelos policiais militares voltou; pontua que a Polícia Militar faz papel de fiscal de ônibus no transporte público, retirando dos ônibus os estudantes das ocupações de forma truculenta; informa que já foram feitas denúncias ao Ministério Público e Defensoria Pública sobre essa situação; salienta que os estudantes não têm condições financeiras de arcar com os custos das passagens de ônibus; explica que os moradores da ocupação são atacados verbalmente e com balas de borracha; solicita que os policiais que atuam nas quatro ocupações que formam o Izidora sejam substituídos, uma vez que já existe uma animosidade e preconceito para com os moradores. Josi, moradora e liderança da Ocupação Helena Greco, relata que já houve episódio em que policiais invadiram o quintal de sua casa perseguindo um menino, houve tiroteio e uma bala quase acertou sua filha; salienta que os policiais desrespeitam e ameaçam os moradores; pontua que a Polícia Militar leva medo para os moradores das ocupações, são sempre os mesmos policiais, que atuam há muito tempo na área da ocupação, que agem de forma violenta e covarde; afirma que os policiais camuflados são mais educados no trato com os moradores; declara que se uma atitude urgente não for tomada vai acontecer uma tragédia na Ocupação Izidora, um policial vai acabar matando um inocente. Lú, moradora e liderança da Ocupação Vitória, conta que os policiais ameaçam “forjar” episódios para os moradores que se “intrometerem” nas operações policiais; relata que um morador foi detido e apanhou por estar filmando uma operação policial. Tadeu explica que essa

conversa é tranquila, que ninguém precisa ficar receoso em relatar as situações vividas, mas que não precisam falar nomes; pontua que a eficácia da ação seria uma conversa com o comando da região da ocupação. Dra. Tais, advogada do Coletivo Margarida Alves, afirma que a solução para o problema seria a troca de todos os policiais que atuam na comunidade. Dr. Aílton Lacerda, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Segurança Pública, salienta que teria que ter uma conversa com o comando do 13º Batalhão para a troca dos policiais que agem de forma arbitrária; afirma que os policiais que estão causando problemas devem ser substituídos e orientados, mas que é pouco viável trocar todos. Flávia, representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública, questiona se já houve possibilidade de conversa com a polícia do território e se houve desdobramentos das denúncias de violências ao Ministério Público. Dr. Ailton questiona se todos os eventos foram noticiados ao Ministério Público. Charlene explica que não existem condições de conversa com o comando da polícia local e que não houve desdobramentos em relação às denúncias, que a Dra. Janaína, a Dra. Cláudia Spranger e Dra. Nívea acompanham os casos denunciados e que mais conversas serão marcadas. As lideranças da Ocupação Izidora ainda relatam atuações excessivas da Polícia Civil, casos de arrombamentos de casas, perseguições, xingamentos, etc. Flávia questiona sobre a presença e acesso aos serviços públicos como saúde e educação, se é possível usá-los nos bairros vizinhos. Lú relata que hoje em dia o acesso nos bairros vizinhos é possível, mas que já passaram por muitas limitações por serem moradores de ocupação. Dra. Tais relata que as políticas públicas devem caminhar juntas, que houve reunião na Mesa de Diálogo sobre a questão da educação e que propostas estão sendo encaminhadas. Dr. Ailton questiona sobre possíveis programas de passagens gratuitas, se já foi encaminhado algo nesse sentido. Charlene relata que estão sendo feitas conversas com o Estado e Secretarias Municipais de Educação BH/Santa Luzia, que um levantamento das crianças das comunidades será feito e com base nesse levantamento serão contratados ônibus escolares. Dr. Ailton pontua que o problema existe, excessos nas atuações dos policiais civis e militares e a questão do transporte; salienta que todo o relatado nessa reunião será repassado aos comandos da Polícia Militar e Civil, que a questão será encaminhada, acompanhada e cobrada para que não mais aconteça da forma que foi noticiada. Isabela, membro das Brigadas Populares, pontua a importância de conversas com os comandos das polícias, mas que a conversa tem prazo de validade, que a atuação tem que ser mais incisiva e sustentável ao longo do tempo, a substituição dos policiais seria uma saída interessante. Tadeu afirma que a difícil relação estabelecida entre a polícia e as pessoas pobres é generalizada, a substituição de policiais pode não ter efeitos duradouros, o interessante seria a construção de um grupo de

conversas com base na prevenção. Dr. Ailton reafirma a necessidade de ações efetivas para a mudança de comportamento dos policiais, criação de uma situação duradoura; pontua que atuação diferenciada em relação às populações mais pobres e negras não é o que se prega dentro da instituição polícia; salienta que os policiais que atuam de forma irregular devem ser identificados e punidos. Edinho, membro das Brigadas Populares, salienta a necessidade de punição exemplar dos maus policiais e a preocupação em relação a como os policiais, na ponta, irão reagir, deve-se garantir a segurança de todos; pontua que as políticas públicas devem ser aplicadas nos bairros periféricos. Charlene salienta que os casos de excessos vêm de muito tempo, que é necessária uma postura mais enérgica do Estado para solucionar a questão da segurança. Tadeu opina que é necessária a construção de um Grupo de Trabalho, coordenado pela segurança pública, para encaminhar e avançar com as tratativas; salienta que os encaminhamentos sobre as políticas públicas já estão avançados. Charlene propõe que seja feita capacitação dos policiais junto aos moradores da ocupação, para que os policiais conheçam a realidade das comunidades. Dra. Tais propõe a criação de um núcleo de mediação da polícia dentro do território, que seja construída uma boa relação entre comunidade e policiais. Dr. Ailton salienta que a proposta de capacitação dos policiais junto à comunidade é muito válida, que os policiais precisam enxergar os moradores das comunidades como seres dotados de direitos e respeitá-los, que o combate à criminalidade deve ser feito com o menor impacto possível aos cidadãos trabalhadores. Flávia pontua que deve ser inaugurado um espaço de diálogo com os policiais da ponta, que atuam na comunidade; que a mudança de comportamento é um processo longo; que devem ser criados espaços contínuos de diálogo que seriam, até, uma forma de controle da sociedade civil. Dr. Ailton pontua que o problema é grave e precisa ser resolvido o mais rápido possível; **propõe como encaminhamentos o envolvimento da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade – SUPEC nas Câmaras Técnicas da Mesa de Diálogo em relação às questões de segurança; um diálogo com o alto comando das Polícias Civil e Militar, relatando as questões de abusos e buscar uma solução urgente (punição, troca de efetivo, etc); capacitação dos policiais junto às comunidades, para que conheçam a realidade dos moradores; vista da SUPEC à comunidade.** Dra. Tais questiona a possibilidade de criação de um espaço da SUPEC dentro da comunidade para atuar na prevenção de abusos e mediar a convivência com os moradores. Flávia expõe que existe uma dificuldade de levar a polícia para conversar com a comunidade, que em um primeiro momento a mediação pode contribuir nessa construção e interceder nesse estreitamento das relações; relata o sucesso de realização de Audiências Públicas nos territórios. Charlene sugere que seja marcada

reunião com o Ministério Público (Dra. Janaina e Dra. Cláudia), Defensoria Pública (Dra. Cleide), SESP (Supec) e lideranças das Ocupações, bem como presença de representantes dos Direitos Humanos da Câmara Municipal, na pessoa da vereadora Aurea Carolina e Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Cristiano Silveira, na Cidade Administrativa, para traçar as diretrizes para solução dos problemas e apresentação do que já foi encaminhado. Charlene expõe o medo de represálias e a sensação de insegurança, de que não vai dar em nada as solicitações. Dr. Ailton pontua que as ações legais da polícia têm que ser feitas, que as comunidades fazem parte do espaço público onde é necessária a atuação da polícia; explica que o foco deve ser mudado, melhor questionar o porquê da não implantação de políticas públicas que facilitariam a vida dos moradores ao invés de ignorar as normas legais. Tadeu afirma que a responsabilidade de implantação de políticas públicas é do Estado. Paula, moradora e liderança da Ocupação Vitória, pontua o medo de represálias por parte dos policiais após a realização dessa reunião e solicita garantias de segurança. Tadeu informa que o Estado tem o compromisso de minimamente garantir que as denúncias são legítimas e legais; que se algum policial ameaçar ou coagir alguma liderança em relação às denúncias feitas não ficarão impunes. Charlene afirma que se for preciso, nomes de policiais serão apontados. Flávia informa que a partir do momento que existe uma mobilização de diversas instituições para tratar do problema, o policial que está na ponta, lidando diretamente com a comunidade, sabe que está sendo acompanhado, que as ações estão sendo fiscalizadas, não é uma garantia de segurança, mas inibe ações mais truculentas.